



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL**

Aos 25 dias do mês de janeiro de 2017, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**Proposta de Lei n.º 46/XIII/2.ª (GOV) - Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais;**  
**Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)**

**Proposta de Lei n.º 47/XIII/2.ª (GOV) - Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública;**  
**Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)**

**Proposta de Lei n.º 48/XIII/2.ª (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, dando acesso aos administradores judiciais a várias bases de dados, nomeadamente ao registo informático das execuções, às bases de dados tributárias e da segurança social;**  
**Relator – Deputado Carlos Peixoto (PSD)**

**Projeto de Lei n.º 349/XIII/2.ª (PCP) - Aprova o estatuto da condição policial;**  
**Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**

**Projeto de Lei n.º 307/XIII/2.ª (BE) - Cria um novo regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho**  
**Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)**

**Projeto de Lei n.º 371/XIII/2.ª (PS) - Reforça do quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio em contexto laboral no setor privado e na Administração Pública;**  
**Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)**

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2015;**  
**Relator – Deputado José Manuel Pureza (BE)**
- 4. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017;**  
**Relatora – Deputada Susana Amador (PS)**
- 5. Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL

Texto que procede à "Vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à tabela IIA" [Proposta de Lei n.º 35/XIII/2.ª (GOV)];

Texto que aprova a "Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna" [Proposta de Lei n.º 40/XIII/2.ª (GOV)];

6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições (incluindo aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado), designadamente:

Petição n.º 175/XIII/1.ª - Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República;  
Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD)

Petição n.º 192/XIII/2.ª - Solicita uma alteração legislativa com vista à criação de uma incompatibilidade, no âmbito das eleições para os órgãos autárquicos, e à fixação de prazo de inelegibilidade para cargo político e para o exercício de cargo público, em virtude de condenação em ação judicial;  
Relator - Deputado José Silvano (PSD)

7. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;  
8. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PPL 51/XIII/2.ª (GOV)	<a href="#">Altera o regime de congelamento e de perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2014/42/UE.</a>	Deputado José Silvano (PSD)
PPL 52/XIII/2.ª (GOV)	<a href="#">Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa</a>	Deputada Andreia Neto (PSD)
PJL 374/XIII/2.ª (PCP)	<a href="#">Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho)</a>	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
PJR 624/XIII/2.ª (BE)	<a href="#">Recomenda ao Governo a redução das custas judiciais.</a>	Solicitado pelo Grupo Parlamentar do BE a apreciação em Plenário



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL

--	--	--

A solicitação da Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), e com a concordância dos demais, passou-se de imediato ao sexto ponto da ordem do dia, com a apreciação do relatório final da [Petição n.º 175/XIII/1.ª](#) - Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório final da [Petição n.º 192/XIII/2.ª](#) - Solicita uma alteração legislativa com vista à criação de uma incompatibilidade, no âmbito das eleições para os órgãos autárquicos, e à fixação de prazo de inelegibilidade para cargo político e para o exercício de cargo público, em virtude de condenação em ação judicial, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Silvano (PS). Após as intervenções dos Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD) e António Filipe (PCP), que mais uma vez insistiram na necessidade de visitar a lei que regula o exercício do direito de petição, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Retomando o segundo ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação dos pareceres sobre as propostas de lei n.ºs [46/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais – e [47/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, que foram apresentados conjuntamente pelo respetivo relator, Deputado Carlos Peixoto (PSD), e, no final, submetidos a votação (nas suas partes I e III), aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 48/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - procede à primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, dando acesso aos

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL**

administradores judiciais a várias bases de dados nomeadamente, ao registo informático das execuções, às bases de dados tributárias e da segurança social -, apresentada pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), que, submetido a votação (nas suas partes I e III), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV;

Foi também apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 349/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Aprova o estatuto da condição policial, que foi apresentado pela relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) e, no final, aprovado (nas suas partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV.

Foram ainda apreciados conjuntamente os pareceres sobre os projetos de lei n.ºs [307/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Cria um novo regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho – e [371/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Reforça do quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio em contexto laboral no setor privado e na administração pública, que foram apresentados pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD). Após as intervenções do Senhor Deputado António Filipe (PCP) e da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), os pareceres, nas suas partes I e III, foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2015](#), que foi apresentado pelo Senhor Deputado relator José Manuel Pureza (BE) e, no final, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação do relatório sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Susana Amador (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, dos seguintes textos:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

"Vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à tabela II-A" [[Proposta de Lei n.º 35/XIII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], e "Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna" [[Proposta de Lei n.º 40/XIII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], tendo sido aceites, por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes, respetivamente, das informações n.ºs 9/DAPLEN/2017 e 10/DAPLEN/2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo dos textos em causa.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao último ponto, reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Presidente recordado que no próximo dia 31 de janeiro, pelas 14 horas, no auditório António de Almeida Santos, se realizaria a Conferência «Refugiados e Migrações: a prevenção de conflitos e as soluções duradoiras», organizada pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Sandra Pereira  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
José Luís Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Jamila Madeira  
Sandra Cunha  
Telmo Correia



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 27/XIII/ 2.ª SL**